



## Mauro Borges

Mauro Borges nasceu em 15 de fevereiro de 1920 na cidade de Rio Verde. Tem uma forte presença política na sua formação, já que é filho de Pedro Ludovico Teixeira e presenciou toda a movimentação e a articulação que seu pai empreendeu durante o período da Revolução de 1930, da construção de Goiânia e da resistência ao movimento paulista de 1932.

Apesar disso, sua carreira foi inicialmente distante desse campo. Tornou-se militar, entrando para a Escola Militar do Realengo em 1938. Formado, foi para o 7º Regimento de Infantaria, sediado em Santa Maria, no Rio Grande do Sul. É lá que conhece Lourdes Estivallet, com quem se casou em 1944.

Mauro Borges também passou por grupamentos militares em Foz do Iguaçu, no Paraná, em Petrópolis, no Rio de Janeiro e em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. Na passagem por Petrópolis, serviu junto a guarda presidencial de Getúlio Vargas e em 1948 consegue entrar para a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), onde recebe instrução teórica e prática de liderança para enfrentamento de crises, sob a ótica da organização militar.

Em 1951, já formado na ECEME, consegue ser indicado para a direção da Estrada de Ferro Goiás (EFG), com sede em Araguari, Minas Gerais. Encontrou ali uma companhia sucateada e com problemas de liquidez. Articula então ações para recuperar a empresa, obtendo vagões e pessoal, emprestados junto a Estrada de Ferro Sorocabana.

Como forma de reforçar o caixa da empresa, institui uma "contribuição voluntária" sobre o valor dos fretes. O valor servia como reserva financeira para ser usada em melhoramentos e manutenção preventiva da EFG. Entretanto, a ação dos opositores à sua gestão, somado ao desgaste pela transferência da sede da companhia de Araguari para Goiânia e a morte de Getúlio Vargas, que o indicou pessoalmente para a vaga, forçou sua saída da diretoria da EFG. Em seguida, Mauro Borges retorna à vida militar.

Mais uma vez no Sul do país, Mauro Borges então tenente-coronel participa do "golpe preventivo" deflagrado pelo Marechal Lott em favor da posse do presidente eleito Juscelino Kubistchek. Na época sua proximidade com a política aumenta e apoiado pelo pai candidata-se e é eleito deputado federal em 1958. Antes de encerrar esse mandato conquista, em 1961, o de governador de Goiás.

À frente do Governo do Estado, Mauro Borges inicia a implementação de ações modernizadoras na administração pública estadual. Entre as inovações, cria a Secretaria de Planejamento e Coordenação, iniciativa pioneira no país. Para executar o 1º Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico (conhecido como Plano MB) cria órgãos em áreas capitais para a administração do Estado. Tais como: comunicação (Consortio de Empresas de Radio Difusão do Estado - CERNE); infraestrutura rodoviária (Consortio Rodoviário Intermunicipal - CRISA), saúde (Organização de Saúde do Estado de Goiás - OSEGO), indústria química/farmacêutica (Industria Química do Estado de Goiás - IQUEGO), extração de metais (Metais de Goiás - METAGO) etc.

A renúncia inesperada do presidente Jânio Quadros, conturba o cenário político brasileiro com parte dos militares e dos políticos conservadores apoiando o impedimento da posse do vice João Goulart. Movimento contrário foi encabeçado pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola que imediatamente teve o apoio de Mauro Borges. Usando a Rádio Brasil Central o Governo de



Goiás passa a fazer parte da chamada Cadeia da Legalidade, que tinha à frente a Rádio Guaíra de Porto Alegre. Estava criada a rede de resistência legalista contra a tentativa de golpe.

Devido a proximidade de Goiânia com Brasília, Mauro Borges procura resguardar o Palácio das Esmeraldas - sede do Governo Estadual - contra um possível ataque dos militares contrários a João Goulart (existiam rumores de uma ação com paraquedistas, que não se concretizou). Com esse fim ele inicia a organização de uma resistência armada em Goiânia.

A crise, porém, é solucionada parcialmente, com a posse de João Goulart em 7 setembro de 1961 sob regime parlamentarista. Mas, logo após, Mauro Borges rompe com Goulart insatisfeito com o tratamento dispensado pelo Presidente que, segundo relatos, teria privilegiado o empresário José Ermírio de Moraes, dono da Cia. Votorantim em detrimento da Metago.

O golpe militar de 1964 foi mais um momento de ruptura política no qual Mauro Borges se envolveu. Sob a alegação de que o presidente João Goulart preparava um golpe de orientação comunista, os militares, que já haviam tentado depô-lo em 1961, conseguem apoio de outros setores da sociedade brasileira e deflagram o golpe militar no dia 1º de abril de 1964.

Inicialmente desapontado com a administração Goulart (além do caso Metago, Mauro queixava-se de contenção de recursos federais destinados a Goiás) apoia o golpe. Junto com outros governadores participou de reuniões que articularam os passos finais do movimento golpista, inclusive com a indicação do marechal Castello Branco para a Presidência da República.

O movimento atraiu a oposição do General Costa e Silva, então ministro da Guerra na e pleiteante ao cargo de Presidente. O mal-estar gerado com a articulação culminou com a intervenção federal em Goiás e a renúncia de Mauro Borges em 26 de novembro de 1964.

Os momentos que antecederam a saída de Mauro Borges foram cercados de tensão, visto que havia expectativa de uma ação violenta do Governo Federal, com possibilidade de enfrentamento entre militares e população. Mauro renunciou logo após a divulgação do decreto de intervenção que denunciava "movimento subversivo" organizado pelo Governo Estadual.

Depois da renúncia, Mauro Borges recolhe-se a vida civil. Mesmo não tendo sido cassado até 1966, quando foi preso durante uma semana no Rio Grande do Sul, afasta-se dos holofotes confinando-se em sua fazenda de Corumbá de Goiás. A partir de 1968, ele tenta retomar à vida de empreendedor comercial, mas encontra dificuldades por conta da condição de cassado político que o impedia de contratar operações financeiras como financiamentos junto a instituições públicas.

O ex-governador de Goiás ainda manteve contatos políticos, sendo contatado por emissários de Adhemar de Barros e Juscelino Kubistchek (em momentos distintos) para a articulação de uma "contra-revolução", que acabou sendo abandonada.

No fim da década de 1970 passou por momentos difíceis na vida pessoal, com a perda do pai, em 1976, e da mãe, em 1979. Mas foi também nessa década que viveu momentos gratificantes. Depois da Lei da Anistia de 1979, ganhou alvará para se candidatar e em 1982 se elegeu senador pelo PMDB. Teve participação importante como relator da CPI da Importação de Alimentos (escândalo de desvio de recursos de empresas estatais como a Companhia Brasileira de Alimentos - COBAL) em 1987.

Em 1986 tentou voltar ao Palácio das Esmeraldas, mas foi derrotado, por Henrique Santillo. Em 1990 conquista seu segundo mandato de deputado federal. Mas deixa definitivamente a vida pública ao fim do mandato, em 1994.